

**28 DE ABRIL DE 2017**

# **GREVE GERAL**

**VAMOS PARAR O BRASIL!**

- ✓ **NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- ✓ **NÃO AO SAMPAPREV**
- ✓ **NÃO À LEI DAS TERCEIRIZAÇÕES**
- ✓ **ABAIXO A REFORMA TRABALHISTA**
- ✓ **NENHUM DIREITO A MENOS!**



**SINPEEM**

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM  
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP**

# SINPEEM TEM PAPEL DECISIVO NA LUTA CONTRA A REFORMA



Fotos: Fernando Cardozo

O SINPEEM vem desenvolvendo ação sindical relevante na luta contra a PEC 287/2016 desde outubro do ano passado, quando foi aprovado em seu Congresso Anual que a luta contra a reforma da Previdência deveria ser encarada como prioridade a partir de então, por se tratar de graves e negativas alterações no regime de previdência, que afetam os profissionais de educação, os demais servidores públicos e os trabalhadores em geral: acaba com a aposentadoria especial do magistério, impõe a todos os trabalhadores públicos e privados a idade mínima de 65 anos para se aposentar e 49 anos de contri-

buição para receberem a integralidade dos proventos, calculados pela média de todas as contribuições.

Também decidiu envidar todos os esforços na construção de um movimento nacional envolvendo CNTE, a CUT, os movimentos sociais e outras centrais sindicais. Durante o Congresso da CNTE, em janeiro deste ano, o SINPEEM defendeu e conseguiu aprovar a realização da greve nacional da educação, com início em 15 de março, da qual participou até o dia 31 de março, levando milhões de profissionais de educação às ruas.

## Combatividade da nossa categoria estimula outros sindicatos a também convocarem manifestações no dia 15 de março

**15 DE MARÇO** – O SINPEEM levou mais de 40 mil profissionais de educação às ruas e decidiu continuar participando da greve nacional da educação, se juntando a milhares de trabalhadores públicos e privados na avenida Paulista. No mesmo dia, manifestações contra a reforma da Previdência foram realizadas em centenas de cidades de 21 Estados.

**21 DE MARÇO** – Novamente o SINPEEM levou milhares às ruas e deu lição de combatividade na luta contra a PEC 287.

Mesmo sem a participação de outros sindicatos de São Paulo, também filiados à CNTE e participantes do Congresso que deliberou pela realização da greve nacional da educação, o SINPEEM continuou firme na luta e, em assembleia em frente à Prefeitura, decidiu manter a greve contra a reforma da Previdência, o Sampaprev, em defesa dos direitos da categoria e pelo atendimento às reivindicações entregues ao governo municipal. Ainda no dia 21 de março, em várias partes do Brasil, os trabalhadores públicos e privados também realizaram manifestações.

# Manifestações obrigam Temer a anunciar mudanças

Sob o efeito da greve e das manifestações realizadas Brasil afora nos dias 08, 15 e 21 de março, com a participação de milhares de profissionais de educação em São Paulo, convocados pelo SINPEEM e por sindicatos de outros Estados e cidades, o governo Temer, que até então afirmava não aceitar qualquer mudança na reforma previdenciária, pressionado

pelos trabalhadores e por sua base parlamentar de apoio, passou a admitir alterações.

Então, em 21 de março, veio o anúncio do governo de que os servidores estaduais e municipais seriam retirados da PEC 287. Uma manobra para enfraquecer o movimento dos trabalhadores públicos e privados contra a reforma.

## População participa de manifestação do SINPEEM na Paulista

Com a participação de milhares de profissionais de educação, de alunos, pais, representantes de movimentos sociais e da população em geral, o SINPEEM realizou em 25 de março, num sábado, manifestação no vão livre do Masp e

caminhada na avenida Paulista contra a reforma da Previdência. Uma atividade para esclarecer que a reforma atinge a todos os atuais trabalhadores públicos e privados e as futuras gerações de trabalhadores.



## SINPEEM volta às ruas em 27/03, mesmo após anúncio da retirada dos servidores estaduais e municipais da PEC 287

Em 27 de março, mesmo após o anúncio de Temer, os profissionais de educação deram mais uma demonstração de que não aceitam manobras e querem a rejeição da PEC 287. Deixaram claro que não acreditam que a retirada dos servidores estaduais e municipais da proposta fará com que os pré-requisitos de idade mínima e tempo de contribuição, exigidos atualmente, sejam mantidos. E isto foi ficando ainda mais evidente quando Temer anunciou a intenção de incluir na Constituição artigo contendo a exigência para que Estados e Municípios organizem seus sistemas de previdência em até seis meses após a aprovação e promulgação

da PEC 287. E, caso não sejam organizados neste prazo, valerão as regras previstas na Constituição.

Lógico que se for fixado este prazo, qual o prefeito ou governador que terá pressa em instituir regimes próprios ou complementares de previdência? Com certeza, deixarão estourar o prazo, para que os seus servidores fiquem submissos aos pré-requisitos estabelecidos pela PEC 287/2016.

Com a clareza de que a luta precisa continuar, a categoria aprovou a continuidade da greve e participação na manifestação convocada para o dia 31 de março – Dia Nacional de Luta.

# SINPEEM aprova a continuidade da greve e participação nas manifestações de 31/03 - Dia Nacional de Luta



Fernando Cardozo

No dia 31 de março, novamente a categoria realizou manifestação e assembleia em frente à Prefeitura, contra as reformas da Previdência e trabalhista, contra o Sampaprev e em defesa dos direitos e das reivindicações da categoria, que incluem questões salariais e funcionais, condições de trabalho, segurança, saúde do trabalhador e formação.

## Propostas do governo incluem pagamento dos dias de greve

Mesmo se tratando de greve nacional da educação contra a PEC 287/2016, não podíamos deixar de tratar das nossas questões salariais e de outros itens específicas com o governo Doria, usando das nossas mobilizações. Desta forma, em dia 31 de março a comissão de negociação do SINPEEM se reuniu com representantes da administração municipal, que respondeu a algumas reivindicações da categoria, que tem data-base em maio:

**1 - Prêmio de Desempenho Educacional:** o pagamento do benefício está previsto no orçamento e será cumprido;

**2 - fixação dos pisos remuneratórios em maio, conforme previsto no artigo 100 da Lei nº 14.660/2007:** os novos pisos deverão ser definidos no mês de abril e aplicados a partir de maio;

**3 - pagamento dos dias parados:** com o término da greve, o governo assegurou o pagamento dos dias de greve da categoria, mediante o compromisso de reposição;

**4 - convocação dos professores de ensino fundamental II e médio aprovados em concurso:** a chamada está prevista para o mês de junho de 2017, mas poderá ser antecipada para maio, dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários, de aspectos administrativos e capacidade de organização da chamada;

**5 - criação de salas de aula para as Emeis e organização dos espaços nas unidades:** atendimento integral, sendo sua aplicação apresentada na mesa de negociação setorial.

## Movimento sindical convoca greve geral para o dia 28 de abril

Os profissionais de educação convocados pelo SINPEEM aprovaram a realização da greve em 15 de março. Levou a efeito as decisões do calendário da CNTE. Portanto, na assembleia de 31 de março, sabendo que a PEC 287 só será votada no final do primeiro semestre ou início do segundo, a categoria aprovou, em assembleia, a suspensão da greve e a participação na greve geral, em 28 de abril, contra PEC da Previdência e todas as medidas do governo Temer, que retiram direitos dos trabalhadores.

**NENHUM DIREITO A MENOS!**